

**AUTONOMIA DOS/AS ALUNOS/AS NAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS EM
PORTUGAL: REFLEXÕES (IM)PRÓPRIAS**

***AUTONOMÍA DEL ALUMNADO EN LOS CENTROS DE ENSEÑANZA SECUNDARIA
DE PORTUGAL: REFLEXIONES (IM)PROPIAS***

***STUDENTS' AUTONOMY IN SECONDARY SCHOOLS IN PORTUGAL: STUDENTS'
IMPROPER REFLECTIONS***



Inês SOUSA¹

e-mail: ines_sousa14@hotmail.com

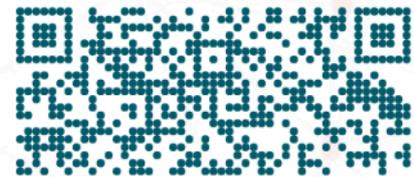


Elisabete FERREIRA²

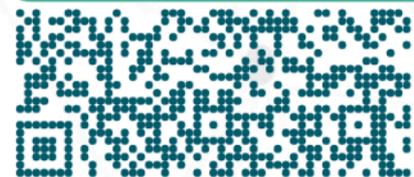
e-mail: elisabete@fpce.up.pt

Como referenciar este artigo:

SOUSA, I.; FERREIRA, E. Autonomia dos/as alunos/as nas escolas secundárias em Portugal: Reflexões (im)próprias. **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 17, n. esp. 2, e023028, 2024. e-ISSN: 1982-8632. DOI: <https://doi.org/10.26843/ae.v17iesp.2.1254>



@mbienteeducação



- | Submetido em: 21/07/2023
- | Revisões requeridas em: 03/06/2024
- | Aprovado em: 29/05/2024
- | Publicado em: 11/07/2024

Editores: Profa. Dra. Margarete May Berkenbrock Rosito
Prof. Dr. Alexandro do Nascimento Santos
Prof. Dr. Ecleide Cunico Furlanetto
Profa. Dra. Maria Conceição Passeggi

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Centro de Investigação e Intervenção Educativas – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (CIIE-FPCE-UP), Porto – Portugal. Bolseira de Investigação no Programa Doutoral em Ciências da Educação.

² Centro de Investigação e Intervenção Educativas – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (CIIE-FPCE-UP), Porto – Portugal. Professora Auxiliar e Investigadora, Ciências da Educação.

RESUMO: Este artigo pretende compreender o processo de autonomia dos/as alunos/as na gestão das escolas secundárias, mobilizando um recorte do estudo em desenvolvimento em Portugal, sobre o *Movimento Voz dos/as alunos/as*. Neste texto procuramos conceitualizar e discutir a autonomia dos/as alunos/as, a partir das suas experiências, num contexto pós-pandêmico, onde surgem diferentes desafios e preocupações com a voz dos/as alunos/as, a nível nacional, europeu e mundial, e se identificam ou não possibilidades de participação democrática na tomada de decisões escolares. Do ponto de vista teórico-metodológico, parte-se do enquadramento político-normativo e teórico que tem orientado a autonomia e gestão escolar pública (Cortella, 1999; Dewey, 1916; Ferreira, 2012; 2017; Lima, 1998; 2014; 2021; Melville *et al.*, 2018) e utiliza-se uma metodologia quali-quantitativa, visibilizando as vozes, experiências e reflexões (im)próprias dos/as alunos/as de uma escola no norte de Portugal, salientando-se a complexidade da realidade escolar e percebendo-se que a presença dos/as alunos/as nos órgãos de decisão e espaços formais, organizada e institucionalizada nas escolas, poderá continuar *ad aeternum* a influenciar pouco a real autonomia dos/as alunos/as. Mas há a registar outras iniciativas, práticas e experiências dos/as alunos/as que podem estar a apontar outras estratégias e caminhos, que queremos continuar a estudar no âmbito da investigação em curso.

PALAVRAS-CHAVE: Escolas públicas secundárias. Voz dos(as) alunos(as). Autonomia e participação dos/as alunos/as. Gestão escolar democrática. Democracia e decisão.

RESUMEN: Este artículo pretende comprender el proceso de autonomía de los alumnos en la gestión de las escuelas secundarias, movilizand o una sección del estudio en desarrollo en Portugal, sobre el *Movimiento Voz Estudiantil*. En este texto, buscamos conceptualizar y discutir la autonomía de los alumnos, a partir de sus experiencias, en un contexto post-pandémico, donde surgen diferentes desafíos y preocupaciones sobre la voz de los alumnos a nivel nacional, europeo y mundial, y se identifican, o no, posibilidades de participación democrática en la toma de decisiones escolares. Desde un punto de vista teórico-metodológico, partimos del marco político-normativo y teórico que ha orientado la autonomía y la gestión escolar pública (Cortella, 1999; Dewey, 1916; Ferreira, 2012; 2017; Lima, 1998; 2014; 2021; Melville *et al.*, 2018) y se utiliza una metodología quali-quantitativa, poniendo de relieve las voces, experiencias y reflexiones (im)propias de los alumnos de una escuela del norte de Portugal, destacando la complejidad de la realidad escolar y constatando que la presencia de los alumnos en los órganos de decisión y en los espacios formales, organizados e institucionalizados en las escuelas, puede seguir teniendo *ad aeternum* poca influencia en la autonomía real de los alumnos. Pero hay otras iniciativas, prácticas y experiencias de los alumnos que pueden estar señalando otras estrategias y caminos, que queremos seguir estudiando como parte de la investigación en curso.

PALABRAS CLAVE: Escuelas públicas secundarias. La voz de los alumnos. Autonomía y participación de los alumnos. Gestión escolar democrática. Democracia y toma de decisiones

ABSTRACT: *This article aims to understand the process of autonomy of students in the management of secondary schools, mobilizing a section of the study under development in Portugal on the Student Voice Movement. In this text, we seek to conceptualize and discuss student autonomy, based on their experiences, in a post-pandemic context, where different challenges and concerns about student's voice arise at national, European, and global levels, and whether or not possibilities for democratic participation in school decision-making are identified. From a theoretical-methodological point of view, we start from the political-normative and theoretical framework that has guided autonomy and public school management (Cortella, 1999; Dewey, 1916; Ferreira, 2012; 2017; Lima, 1998; 2014; 2021; Melville et al., 2018) and a qualitative-quantitative methodology is used, making visible the voices, experiences and improper reflections of students at a school in the north of Portugal, highlighting the complexity of the school reality and realizing that the presence of students in decision-making bodies and formal spaces, organized and institutionalized in schools, may continue ad aeternum to have little influence on real student autonomy. However, other initiatives, practices, and experiences of students may be pointing to other strategies and paths, which we want to continue studying as part of the ongoing research.*

KEYWORDS: *Secondary public schools. Students' voice. Students' autonomy and participation. Democratic school management. Democracy and decision-making.*

Introdução

A pesquisa em educação tem contribuído com diversos estudos que destacam a complexidade e as mudanças ocorridas na escola e em seu funcionamento. Ao longo dos tempos, a escola tem passado por diversas transformações e continua a evoluir. Em Portugal, as áreas de estudo demonstram mudanças significativas nos âmbitos político, administrativo, normativo, das práticas pedagógicas e curriculares, e nos processos de ensino e aprendizagem. Temos observado um maior investimento na formação docente e um foco crescente na participação dos alunos. A investigação sobre a participação, autonomia e voz dos alunos na escola sempre despertou interesse, mas, simultaneamente, não tem sido desenvolvida de modo consistente e sistemático.

Apesar de, neste milênio, ter surgido uma área de estudo sobre juventudes, o contexto escolar tem sido mais frequentemente investigado em relação às problemáticas dos professores, currículos e aprendizagens. No que diz respeito aos alunos, os estudos tendem a se restringir às questões sociais de inclusão e aos fatores de (in)sucesso escolar. Nos últimos anos, contudo, o interesse pela participação e autonomia dos alunos nas escolas tem-se intensificado. A investigação tem procurado envolver mais os alunos, compreender sua autonomia e as formas de participação nas escolas. Discursos sobre a autonomia escolar e a autonomia dos alunos nas

escolas têm se acentuado, com estudos focados na participação dos jovens em vários cenários, incluindo a participação cívica, política, escolar e interpessoal. Estes estudos estão alinhados com perspectivas mais amplas de bem-estar em todos os contextos de vida (Ferreira, 2004, 2007, 2012; Lima, 1988, 1998; Matos, 2013; Menezes, 2005, 2011; Menezes; Ferreira, 2012).

A realidade escolar contemporânea é marcada por tempos paradoxais, ambíguos e incertos, vividos simultaneamente em contradições permanentes, de maneiras ora esperançosas e inquietantes, ora desesperançosas e quase alienadas. Observam-se lógicas e ações contraditórias coexistindo: lógicas colaborativas ao lado de lógicas competitivas e mercantis; perspectivas mais democráticas contrastando com propostas elitistas e meritocráticas, que impõem múltiplas exigências aos professores e desvalorizam socialmente a profissão. Há, ainda, o envolvimento e participação dos alunos e a valorização de competências transversais, coexistindo com uma excessiva valorização das classificações e resultados acadêmicos. Este cenário de exigências pode gerar movimentos de mudança ou variadas resistências e, especialmente nos últimos tempos, tem provocado um acentuado desânimo nos alunos e um descontentamento geral nos professores.

Não obstante, e durante a pandemia, a importância e o funcionamento da escola e as respostas extraordinárias dos/as professores/as foram bem demonstradas pelo funcionamento e adaptação das escolas e esforço dos/as seus/as professores/as. Neste contexto, este texto reconhece a escola como uma organização altamente complexa e compósita. Embora a escola não possa resolver todos os problemas sociais, em um **otimismo ingênuo** (Cortella, 1999), ela sempre resolve algo fundamental: garantir o direito à educação para todos e promover o desenvolvimento das novas gerações. O objetivo é alcançar mais democracia, maior respeito pelos direitos humanos e mais justiça escolar e educativa, o que representa um **otimismo crítico** (Cortella, 1999). Portanto, destaca-se a importância da defesa da democracia na escola e na **gestão democrática** da escola pública portuguesa.

Neste artigo, pretende-se iniciar uma discussão sobre a participação e o envolvimento dos alunos na vida escolar e na gestão democrática das suas escolas. O objetivo é conhecer e compreender os níveis de participação dos alunos nas escolas, ampliando o debate sobre as vozes e autonomias dos alunos, suas práticas e experiências democráticas na tomada de decisões escolares. Para tanto, apresentamos algumas tensões entre escola e democracia, concepções de autonomia dos alunos e seu respectivo enquadramento político. Além disso, mobilizamos dados recolhidos em uma escola no norte de Portugal, durante os anos letivos de 2021/2022 e 2022/2023. Através da descrição e análise desses dados, busca-se ilustrar o **Movimento Voz**

dos Alunos, cujo estudo aprofundado está sendo desenvolvido em nível nacional, em várias escolas.

Contar a história da Voz dos/as alunos/as nas escolas

As perspectivas e os estudos sobre a participação dos/as alunos/as, agora também intitulados como **Movimento Voz dos/as alunos/as** nas escolas secundárias, caminham lado a lado com os quase 50 anos de Democracia em Portugal e com as políticas de desenvolvimento e democratização da sociedade portuguesa. Contar esta história implica lembrar que nunca é demais estudar o desenvolvimento da democracia na escola pública, **Por onde andou e anda a Democracia na vida Escolar?** (Ferreira, 2023a, 2023b). Falar da democracia na escola, permite retomar a ideia de **democratizar e desenvolver**, que moveu os portugueses no arranque do processo democrático. De acordo com a argumentação de Ferreira (2023a, 2023b) a vivência da democracia na escola precisa da respectiva autonomia, liberdade e responsabilidade para **democratizar, desenvolver e decidir**, sendo que a **decisão** pode ter um papel central na consolidação da democracia (Ferreira, 2023a, 2023b). Este olhar implica o envolvimento e participação de toda a comunidade educativa, num quotidiano contínuo de problematização, pensamento crítico, desenvolvimento, democratização e empenho sério na decisão coletiva em todos os assuntos escolares. Todos devem participar na problematização e na co-construção de soluções para os desafios da escola democrática, ressaltando a importância de ver as escolas como laboratórios de humanização, locais de encontros geracionais, comunicacionais e relacionais para o exercício democrático (Ferreira, 2007, 2012, 2023a, 2023b). Em outras palavras, “o lugar da pessoa a fazer-se no encontro com os outros” (Grácio, 1995), e por isso, em certo sentido, as escolas podem ser ou são **laboratórios de democracia e oficinas de paz**³.

Este debate sobre a democracia na escola encontra fundamento em diversos estudos (Dewey, 1916; Freire, 1981, 2007; Grácio, 1971, 1995; Lima, 1998, 2011, 2014, 2018) que se dedicam ao esforço de democratização da escola portuguesa e ao sentido de educação promovido por esses autores. Segundo Grácio (1971), “educar é provocar, promover e emancipar”, e só com a democratização do ensino e o desenvolvimento da **gestão democrática** (Lima, 2018) é possível avançar na autonomia e gestão da escola, buscando consolidar, ou não, a prática de gestão democrática da escola pública portuguesa. Em uma análise crítica, à medida que avançamos no friso cronológico e normativo, acentua-se o desvio da democratização e da

³ Expressão pública do Ministro da Educação Portuguesa João Costa – Portugal, 2022.

gestão democrática. A democracia e a autonomia escolar poderiam, eventualmente, ser favorecidas se desenvolvidas em uma lógica decisória e de ação emancipatória (Ferreira, 2012). No entanto, podem estar se acentuando lógicas mais gestionárias, reguladoras e hiperburocratizadas, concorrentes com um sentido permanente de **autonomia crítica** (Ferreira, 2004, 2012).

Na atualidade, é pertinente contar a história e argumentar sobre o movimento “**Voz dos/as Alunos/as nas Escolas**”, no contexto mundial, europeu e nacional – Portugal. À escala global, as Nações Unidas (ONU) têm divulgado diversos estudos focados na participação e voz dos jovens, inclusive através do Programa de Ação Mundial das Nações Unidas para a Juventude, que apela à participação plena e efetiva dos jovens na sociedade (ONU, 2010). A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015) também especifica a importância de os jovens atuarem como agentes ativos do desenvolvimento sustentável.

Além disso, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em conjunto com o Conselho da Europa, desenvolve pesquisas nesta área. Um estudo recente analisa o impacto da pandemia da COVID-19 na voz dos alunos e as consequências do encerramento das escolas na Europa, no Médio Oriente e no Norte de África (UNESCO; Conselho da Europa, 2021). Este estudo parte da ideia de que a voz dos alunos nos sistemas educativos pode desempenhar um papel fundamental na aprendizagem de valores democráticos. No entanto, os resultados indicam que a maioria dos jovens perdeu a oportunidade de fazer ouvir a sua voz e adquirir as competências necessárias para reivindicar os seus direitos, como consequência da pandemia. Mais da metade (52%) das estruturas formais de governação das escolas, como os conselhos escolares, foram suspensos durante o confinamento (UNESCO; Conselho da Europa, 2021).

O relatório apresenta diversas barreiras à participação e voz dos alunos durante a pandemia, incluindo o contexto socioeconômico, o acesso às tecnologias digitais e a falta de uma cultura de participação democrática, tornando ainda mais difícil encontrar formas criativas para os alunos se expressarem e darem a sua opinião. A partir da identificação dessas barreiras, são propostas diferentes recomendações para diretores de escolas, professores e formuladores de políticas, destacando a importância de uma verdadeira cultura de participação, vivida no cotidiano escolar e através do currículo, e de uma formação de professores focada na voz dos alunos e em valores democráticos.

O relatório também apresenta recomendações específicas para os jovens alunos, como trabalhar em conjunto com formuladores de políticas, professores, diretores de escola,

representantes da comunidade e encarregados de educação; envolver-se ativamente em assembleias, conselhos ou outros órgãos coletivos de alunos; apoiar e mentorar seus pares; desenvolver competências de cidadania digital; participar em projetos de cidadania a nível local, nacional e internacional; e propor ideias e sinergias entre projetos da escola e outras atividades extracurriculares (UNESCO; Conselho da Europa, 2021).

Nos últimos três anos de pandemia, a importância e o esforço dos professores e das escolas foram amplamente demonstrados. Contudo, houve uma perda de contato e do coletivo na vivência dos alunos, exigindo a reinvenção e substituição de uma cultura de interação face a face por uma cultura mediada pelo digital (Nobre *et al.*, 2021). Isso acentuou o medo e a ansiedade, vividos de forma solitária e com afastamento social, colocando à prova a responsabilidade e organização individual de cada aluno (Sanz; González; Capilla, 2020). Essas condições geraram instabilidade na saúde mental e um maior mal-estar entre os estudantes.

No contexto europeu, o projeto “*Free to Speak – Safe to Learn: Democratic Schools for All*” (2017-2022), desenvolvido pelo Conselho da Europa, teve como principal objetivo ouvir a voz de professores, alunos, dirigentes escolares e pais de toda a Europa. O projeto revela o trabalho realizado para desenvolver escolas democráticas e inclusivas, organizando-se em diferentes temas, incluindo “*Making children’s and students’ voices heard*”. A partir dessa troca de experiências e diálogo entre diferentes realidades e contextos escolares, identificaram-se os principais desafios e barreiras na implementação e ação participada, pensando em diversas oportunidades e alternativas, e disponibilizando recursos e ferramentas multimídia, documentos políticos e estudos científicos já desenvolvidos no contexto europeu.

Recentemente, destacam-se várias resoluções europeias, como a **Estratégia da União Europeia para a Juventude 2019-2027**, que destaca a importância de apoiar o envolvimento social e cívico, assegurando que todos os jovens dispõem dos recursos necessários para participar na sociedade. O inquérito **Eurobarómetro Flash de 2019** revelou que os jovens são muito ativos na vida democrática e que os níveis de participação em vários tipos de movimentos organizados estão aumentando.

Em Portugal, essa preocupação tem sido constante. Entre os dias 16 e 18 de maio de 2017, em Lisboa, ocorreu a reunião do projeto **Educação 2030** da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Esse encontro internacional começou com um seminário inspirado na experiência portuguesa “*Students’ Voice*”, que se tornou um movimento internacional de escuta aos alunos. A OCDE acolheu essa iniciativa e se

comprometeu a divulgá-la junto às escolas de todos os estados-membros do projeto (Portugal, 2017c).

No atual governo português (XXIII Governo Constitucional), a preocupação com a promoção da participação e envolvimento dos alunos na vida escolar continua presente através do **Movimento Voz dos Alunos**. Este movimento visa proporcionar espaços e tempos para que os alunos intervenham regularmente de forma livre e responsável, fazendo ouvir suas vozes (Portugal, 2021b). No entanto, as ações desenvolvidas pelo Ministério da Educação indicam que o movimento ainda está em estágios iniciais e dispersos, com apenas 58% dos agrupamentos de escolas implementando assembleias de turma (Portugal, 2021b).

Como estímulo e desafio para as escolas portuguesas, percebe-se que este momento pode representar uma nova oportunidade para os alunos reivindicarem maior presença, conhecimento e poder de decisão dentro de suas instituições educacionais. No entanto, a resistência das escolas em adotar perspectivas mais democráticas e promover o envolvimento de todos na gestão democrática da escola, muitas vezes influenciada por uma cultura dominante de protagonismo docente, precisa ser estudada, compreendida e contextualizada. Este cenário desperta um interesse público e político em financiar estudos aprofundados, como o que está em desenvolvimento, com o próprio Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação demonstrando interesse em acessar os resultados e conclusões desse estudo, especialmente o inquérito por questionário a nível nacional, uma vez que “poderão fornecer importantes pistas para o trabalho em contexto escolar”.

Ao revisitar a história política recente, é notável o aumento dos discursos políticos sobre a voz, a participação e a autonomia dos jovens alunos. Contudo, é importante ressaltar que a mobilização da sociedade portuguesa em direção aos objetivos nacionais e escolares é uma conquista que remonta à revolução e à subsequente implantação da República Portuguesa.

Discursos Políticos e Lógicas Normativas em Portugal

No contexto educacional português, a ciência administrativa e o direito têm desempenhado papéis centrais, exercendo forte influência no desenvolvimento de ideias, discursos políticos e normativas vigentes. A estrutura da escola pública portuguesa ainda reflete uma tradição centralista, apesar de a Constituição da República Portuguesa (1976) ter enfatizado a importância da participação democrática na educação, estabelecendo que “professores e alunos têm o direito de participar na gestão democrática das escolas” através de

diversas “formas de participação das associações de professores, de alunos, de pais, das comunidades e das instituições científicas na definição da política educativa” (Portugal, 1976).⁴

A Lei de Bases do Sistema Educativo Português (Portugal, 1986)⁵ preconiza a implementação de estruturas e processos participativos para orientar as políticas educativas, bem como a administração e gestão do sistema escolar. O objetivo é fomentar o espírito e a prática democráticos, descentralizando, desconcentrando e diversificando as estruturas e ações educativas para melhor adaptação às realidades locais, promovendo um sentido comunitário elevado e decisões eficazes (Portugal, 1986)⁶.

O conceito de autonomia nos discursos educativos emerge como resultado dos esforços de democratização da sociedade portuguesa. Apesar de fortemente influenciados por uma visão tradicional e centralizada da administração educativa, esses discursos têm aplicabilidade no desenvolvimento dos indivíduos nas escolas, tanto para os docentes quanto para os discentes, proporcionando oportunidades para questionar as dimensões de poder, emancipação *versus* regulação, autoridade e liberdade no contexto escolar.

Embora a autonomia escolar tenha suas raízes nos discursos políticos e administrativos da educação desde a década de 70 do século XX, especialmente com a promoção da gestão democrática das escolas públicas, conforme previsto na Constituição da República Portuguesa desde 1976 e subsequente na LBSE (Portugal, 1986), sua implementação tem enfrentado desafios significativos para alcançar experiências verdadeiramente democráticas e participativas para todos os envolvidos. Nos últimos 10 anos, observa-se uma tendência de limitação ao discurso da democratização e gestão democrática, com a gradual eliminação de princípios fundamentais como eleição, colegialidade e participação (Lima, 2018) nos órgãos de gestão escolar. Este cenário culmina na reintrodução, após 34 anos desde abril de 1974, da figura unipessoal do diretor nas escolas (Portugal, 2008), apagando as ideias e princípios de **Democratização do Ensino** (Grácio, 1971) e **Gestão Democrática** (Lima, 1998, 2014, 2018) dos próprios dispositivos legais.

Diante desse panorama, questiona-se se é ainda viável falar em Gestão Democrática nas escolas públicas em Portugal, ou se simplesmente se trata de Gestão Escolar. Parece cada vez mais próximo da realidade assistirmos a exercícios de administração pura e simples na gestão das escolas públicas portuguesas.

⁴ Artigo n.º 77

⁵ Lei n.º 46/86

⁶ Artigo 3-G, Portugal, Lei n. 46/86).

Em uma análise crítico-reflexiva, reconhece-se o avanço significativo da democracia na escola portuguesa e na dinâmica da comunidade escolar, com professores dedicados, alunos curiosos e um engajamento geral. No entanto, também se destacam resistências persistentes e ciclos de crise que perpetuam uma lógica empresarial ou neoliberal na gestão da escola pública. Essas dinâmicas frequentemente resultam em elitismo, segregação e competição dentro da comunidade escolar, profundamente enraizadas em uma burocratização excessiva e uma cultura avaliativa que consome tempo em tarefas administrativas, alienando tanto o propósito pedagógico dos professores quanto o sentido da escola para os alunos, gerando descontentamento e diminuindo o poder percebido por parte de ambos.

Nesse contexto multiparadigmático e no estudo contínuo da democracia na escola ao longo dos anos, questiona-se como promover eficazmente a gestão democrática e a autonomia escolar. Como pode a escola exercer maior influência na tomada de decisões políticas? E como pode engajar os alunos nas decisões escolares?

Em relação à participação formal dos alunos nos órgãos de administração e gestão escolar, esta é delineada pelo Decreto-Lei n.º 75/2008 (Portugal, 2008), que permite a participação de representantes dos alunos com direito a voto no Conselho Geral, o órgão estratégico da gestão escolar, bem como através das Associações de Estudantes (Portugal, 2006).

Diante desse quadro político-normativo, emergem concepções de gestão democrática nas escolas, oferecendo a oportunidade para todos os membros da comunidade escolar participarem nas decisões, em um exercício genuinamente democrático (Formosinho et al., 2009; Lima, 1988, 1998, 2011, 2014, 2018, 2021). Isso não se limita apenas à retórica, mas representa um exercício de cidadania ativa (Sousa; Ferreira, 2019, 2024), dentro de uma estrutura comunicativa (Botler, 2004), que estabelece novos contextos e estruturas para o desenvolvimento de alunos autônomos, responsáveis e participativos (Portugal, 2009, 2017a, 2017b, 2018, 2021a).

Apesar de mais de 45 anos de discurso político-normativo e diversas propostas de participação dos alunos nas escolas em Portugal, pouco mudou na prática, evidenciando uma lacuna significativa entre as normas estabelecidas e o efetivo envolvimento dos alunos nas decisões escolares.

Gramática da Escola e a Autonomia dos/as alunos/as

A partir deste enquadramento político-normativo, delinea-se uma estrutura organizacional da escola e uma perspectiva teórico-conceitual para o estudo da autonomia dos alunos, enfatizando a importância de relacionar autonomia e a voz dos alunos como um direito a ser respeitado e ouvido (Bron; Laan, 2019; Cook-Sather, 2006). O objetivo é construir escolas mais democráticas, onde os alunos possam experimentar e desenvolver suas ideias, perspectivas e contribuições para a gestão escolar. Nesse sentido, é fundamental integrar a autonomia dos alunos no contexto da administração e gestão escolar.

Etimologicamente, a autonomia das escolas está associada à ideia de liberdade, autogoverno, livre arbítrio e à capacidade de indivíduos e organizações estabelecerem suas próprias regras (Barroso, 1997). Este conceito pode ser abordado tanto como um processo regulatório e de controle quanto como emancipatório e comunicacional (Botler, 2004; Ferreira, 2012, 2013). No estudo em desenvolvimento, a autonomia é entendida como inseparável da democracia, envolvendo a partilha de poder entre diferentes atores escolares, incluindo diretores, professores e alunos, num processo construtivo **dialógico-argumentativo** (Botler, 2004), o que implica a redução das competências do Estado centralizado (Carvalho, 2020). A partir deste ideal de autonomia e democracia nas escolas, surge o questionamento sobre a existência de uma autonomia **crítica** (Ferreira, 2004, 2007, 2012, 2013, 2017) ou **construída** (Barroso, 1996; 1997; 2017) de forma **solidária** (Correia, 2021), com espaço para a ação, associação, iniciativa e participação na decisão por parte dos/as alunos/as na escola?

A conceptualização da autonomia dos alunos está intrinsecamente ligada à autonomia das escolas. No entanto, é crucial reconhecer que uma maior autonomia das escolas, com poder decisório ampliado, não necessariamente se traduz em maior autonomia dos alunos. Para isso, é essencial que os alunos sejam reconhecidos como parte integrante do contexto escolar, com diversas formas de participação, como a presença em órgãos de gestão escolar e supervisão direta das decisões tomadas por líderes e professores (Paletta, 2014).

Importa ressaltar que a criação de conselhos ou órgãos para a participação dos alunos não garante automaticamente sua proatividade e engajamento nas decisões escolares. É necessário desenvolver a consciência crítica dos alunos e promover a liberdade, democracia, autonomia pessoal, iniciativa e espírito crítico, incentivando uma **ética de contestação** (Cortella, 1999). Isso prepara os alunos para uma participação mais significativa na escola e na vida (Ferreira, 2013).

No argumento de Strike (1982), são considerados três componentes essenciais para compreender a complexidade da autonomia dos alunos: (1) liberdade psicológica, que envolve o autocontrole e a capacidade de fazer escolhas de forma independente; (2) o direito à autodeterminação, permitindo aos alunos escolherem suas próprias crenças; e (3) o direito de participar nas decisões coletivas.

Essa abordagem destaca dimensões mais individualistas da autonomia dos alunos. Por outro lado, Kerr (2002) questiona essa concepção ao considerar que a autonomia deve ser entendida como uma relação específica entre indivíduos e sua comunidade. Ele argumenta que “*autonomy is best understood as describing a particular kind of relation between individuals and their community*” (Kerr, 2002, p. 15). Kerr ilustra sua ideia com o exemplo de uma pessoa em uma ilha deserta, questionando se essa pessoa é autônoma simplesmente por poder tomar decisões isoladamente para sobreviver na ilha. Isso demonstra como a autonomia pode estar mais relacionada com a capacidade moral de escolha e decisão dentro do coletivo do que com a capacidade individual.

Neste contexto, é relevante explorar a autonomia dos alunos a partir da teoria da autodeterminação (Deci, Ryan, 2002; Zabaleta, Pérez-Izaguirre, 2022), que enfatiza a autonomia na interação com os outros, onde o indivíduo age de forma autodeterminada. Segundo esta teoria, três condições são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo e bem-estar das pessoas: **competência, relacionamento e autonomia**. A competência refere-se ao sentimento de eficácia nas interações sociais, demonstrando e expressando suas capacidades de maneira confiante. O relacionamento diz respeito ao sentimento de pertencimento e aceitação nas conexões estabelecidas com os outros. Já a autonomia envolve agir com base em interesses e valores integrados, percebendo suas ações como expressão de iniciativa própria, embora influenciadas por fontes externas (Deci; Ryan, 2002).

Este texto problematiza as condições de competência, relacionamento e autonomia dos alunos para sua participação na escola, considerando a importância do contexto coletivo e das relações estabelecidas, seja dentro das turmas ou através de associações estudantis. Mas isto significará participação e autonomia na tomada de decisão efetiva?

Na definição de autonomia elaborada por Melville *et al* (2018) são estabelecidos três critérios para que as decisões dos alunos sejam consideradas autônomas: (1) as decisões autônomas devem ser informadas por várias possibilidades, não se limitando a uma única opção; (2) a autonomia requer que a decisão seja cuidadosamente ponderada e fundamentada; e (3) o pensamento dos alunos deve refletir as necessidades coletivas, garantindo que todos

compartilhem o direito de tomar decisões. Esta definição enfatiza a importância de um contexto de respeito e igualdade dentro de um coletivo comprometido (Melville *et al*, 2018), onde se promove uma “arena onde se firma a compreensão das regras da vida coletiva como resultado de um debate público” (Nóvoa; Alvim, 2021, p. 15).

Nesse contexto, é relevante explorar a perspectiva freireana (Freire, 1981; 2007), que concebe a educação como um diálogo entre professor e aluno, onde cada um constrói sua autonomia através das experiências e decisões que enfrenta, “uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitadas da liberdade.” (Freire, 2007, p. 107).

No argumento de Freire (1981; 2007), percebe-se a rejeição aos **argumentos de autoridade** quando exercidos de maneira autoritária, considerando-os uma contradição à liberdade dos outros. No entanto, é relevante problematizar a relação entre a autoridade do professor e a autonomia dos alunos (Aquino, 1999; Thesing; Morosini, 2018). A relação pedagógica pode ser estabelecida com base na autoridade do professor, desde que esta seja exercida de maneira comprometida com o diálogo e a reflexão coletiva, incentivando os alunos a resolverem problemas e conflitos, respeitando as regras comuns.

A autonomia dos alunos, como um processo de ação, associação e iniciativa na escola, assume uma nova urgência e importância neste contexto pandêmico. Isso tem exigido decisões rápidas para a transição do ensino tradicional para o ensino a distância, ampliando simultaneamente o leque de possibilidades (Nóvoa; Alvim, 2021). Agora é o momento de reparar os danos e priorizar a autonomia e a voz dos alunos, em uma geração possivelmente mais afetada e desigual, mas paradoxalmente mais madura e resiliente (Sarmiento, 2022, p. 11).

Trajeto metodológico: (im)prováveis nas experiências e vivências dos/as alunos/as

A pesquisa em andamento, realizada em nível nacional, consiste em um estudo de caso (Cohen, Manion, Morrison, 2018; Morgado, 2012), empregando uma metodologia quali-quantitativa para investigar a autonomia e a voz dos alunos. O objetivo é desvelar os significados atribuídos pelos alunos às suas ações nas escolas, observando rigor ético e atenção à legislação de proteção de dados vigente.

No aspecto qualitativo, o estudo está sendo conduzido em diversas escolas portuguesas, com uma amostra representativa em termos de localização (litoral e interior, urbano e rural) e oferta de ensino secundário (regular e profissional). Utilizam-se grupos de discussão focalizada (GDF) com alunos para compreender suas práticas de participação na tomada de decisão e

entrevistas semiestruturadas com professores e diretores para entender como valorizam e promovem a autonomia, participação e voz dos alunos na escola. O componente quantitativo envolve a aplicação de um questionário em nível nacional aos alunos do ensino secundário em Portugal.

Este artigo se concentra em um recorte microcosmo do estudo nacional, utilizando a mesma metodologia. Foi realizado em uma escola no norte de Portugal, recentemente liderada por uma nova diretora que enfatiza, em seu plano de ação (2021-2025), novas estratégias para a participação direta dos alunos e valoriza suas vozes. A diretora nomeou uma assessoria dedicada a projetos e dinâmicas que promovem a participação, iniciativa e voz dos alunos.

A análise e discussão neste artigo baseiam-se em notas de campo, com descrições e transcrições de discursos em reuniões entre alunos, professores e a diretora da escola, além de uma entrevista semiestruturada com uma das professoras envolvidas nos projetos de incentivo à autonomia dos alunos. Além da coleta qualitativa, foi realizado um questionário respondido por 48 alunos da escola. As respostas foram analisadas utilizando o *IBM SPSS Statistics 29*, com diversas análises descritivas devido à amostra limitada de questionários coletados nesta escola específica (Cohen, Manion, Morrison, 2018; Ghiglione, Matalon, 2005; Hill, Hill, 2005).

A análise crítica e reflexiva que apresentamos permite identificar propostas concretas e compreender a voz dos alunos envolvidos, suas experiências de autonomia e práticas democráticas na gestão escolar. Além disso, oferece *insights* para esclarecer perspectivas a serem aprimoradas e exploradas no estudo nacional em desenvolvimento.

Reflexões (im)próprias e perspectivas de autonomia dos/as alunos/as

Com base nas respostas de 48 alunos de duas turmas do 11º ano, dos cursos de Ciências e Tecnologias e Artes Visuais, obtidas por meio de um questionário, buscamos compreender: (1) como os alunos percebem e conhecem a autonomia escolar; (2) sua própria autonomia; e (3) sua voz na escola.

Organizamos nossa análise em três eixos principais, conforme a conceituação da autonomia dos alunos em relação às oportunidades de autonomia na escola. Perguntamos aos alunos sobre seu conhecimento acerca da autonomia escolar, dos documentos e instrumentos que a regem, e sobre os órgãos de administração e gestão da escola, conforme apresentado no Gráfico 1.

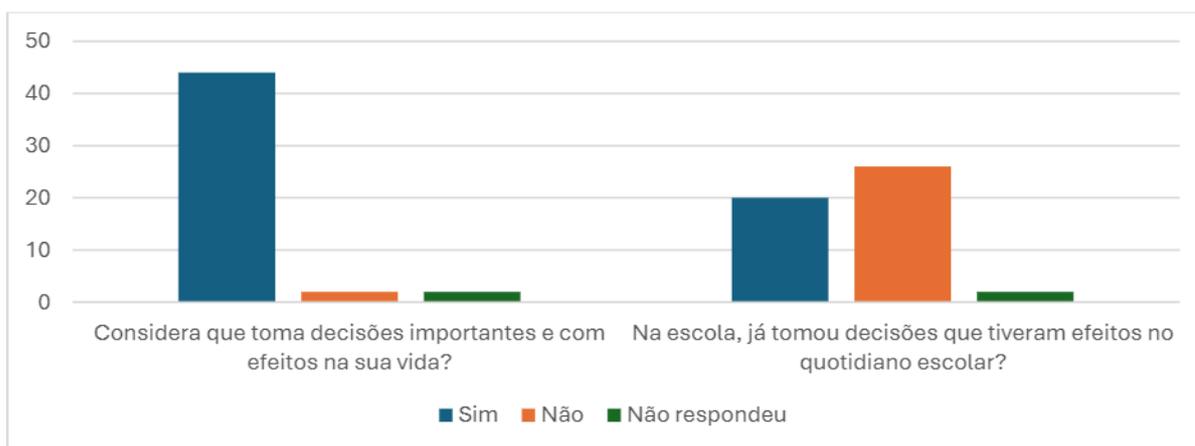
Gráfico 1 – Percepções dos/as alunos/as sobre a autonomia da escola



Fonte: Elaboração das autoras (2024).

A partir desses dados, observa-se que, embora 35 alunos tenham indicado ter ouvido falar sobre a autonomia da escola, a maioria não está familiarizada com os instrumentos/documentos de autonomia (N=34) nem com os órgãos de administração e gestão de sua escola (N=30). Quanto à **autonomia dos alunos**, nota-se diferenças significativas entre a autonomia para tomar decisões na vida em geral e a autonomia para decidir na escola, como demonstrado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Autonomia e participação dos/as alunos/as na tomada de decisão



Fonte: Elaboração das autoras (2024).

No que diz respeito à **Voz dos/as alunos/as**, o estudo visa compreender a iniciativa, autonomia e participação desses estudantes na interação e colaboração com os outros. Para isso, foi desenvolvido um conjunto de questões (Tabela 1), utilizando uma escala *Likert* de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente).

Tabela 1 – Voz dos/as alunos/as

	M	DP
Procuo saber os assuntos discutidos nos diferentes órgãos da escola.	2,70	1,152
Aprendo a participar e a intervir nos vários assuntos e decisões da escola.	2,96	1,210
Voto na eleição dos representantes dos alunos (para a associação de estudantes, delegado de turma).	4,39	1,085
Procuo desenvolver a comunicação e a informação entre alunos e professores.	3,57	1,148
Trabalho em conjunto com outros alunos para definirmos propostas de melhoria para a nossa escola.	3,28	1,205
Desenvolvo a participação e a cidadania democrática.	3,47	1,307
Voto na eleição dos representantes dos alunos para o Conselho Geral.	3,73	1,304
Participo com os colegas na resolução de problemas da turma.	3,82	1,193
Conheço os representantes dos alunos no Conselho Geral.	3,31	1,328
Conheço os alunos eleitos para a direção da Associação de Estudantes.	3,62	1,302
Valorizo a discussão dos problemas da turma, entre alunos e delegado.	4,04	1,127
Na minha escola faço autoavaliação, acompanho e participo na minha avaliação.	4,64	,570
Trabalho com os colegas para a resolução de problemas da escola.	3,47	1,140
Posso participar e influenciar as decisões importantes da escola.	3,22	1,106
Conheço e envolvo-me nas atividades organizadas pela escola.	3,37	1,181
É muito difícil influenciar as decisões sobre os assuntos da escola.	2,84	,999
Na minha escola explicaram-nos para que serve o Regulamento Interno	3,80	1,128
Na minha escola explicaram-nos para que serve o Projeto Educativo de Escola	3,37	1,236
Na minha escola explicaram-nos para que serve o Plano Anual de Atividades	3,76	1,158
Conheço o Estatuto do Aluno, onde estão definidos os direitos e deveres.	3,37	1,273

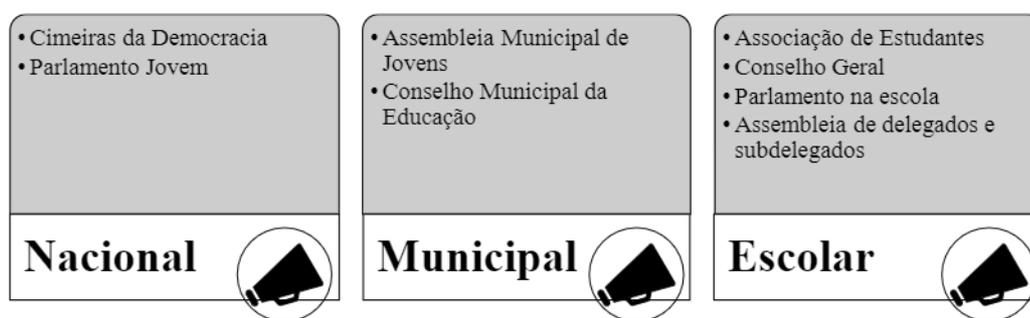
Fonte: Elaboração das autoras (2024); (*M* = média; *DP* =Desvio Padrão).

No contexto da voz dos alunos, percebe-se que os itens com pontuações mais altas referem-se à votação para eleição da associação de estudantes e/ou delegado de turma ($M=4,39$; $DP=1,085$). No entanto, os valores mais baixos estão relacionados com a eleição dos representantes no Conselho Geral ($M=3,73$; $DP=1,304$), apesar de este ser o principal órgão de gestão estratégica na escola, onde os alunos não participam na eleição dos seus representantes. Além disso, os itens com menor pontuação neste conjunto dizem respeito ao interesse e participação dos alunos nos assuntos discutidos nos diferentes órgãos ($M=2,70$; $DP=1,152$) e nas decisões da escola ($M=2,96$; $DP=1,210$).

Por outro lado, no que se refere à relação e comunicação dentro do grupo-turma, nota-se que os alunos fazem ouvir a sua voz na resolução de problemas da turma ($M=3,82$; $DP=1,193$) e na discussão com os delegados de turma ($M=4,04$; $DP=1,127$), destacando-se a importância do trabalho e diálogo entre pares para esses estudantes.

Questiona-se se os baixos níveis de concordância nas respostas dos alunos sobre o seu conhecimento em relação à autonomia da escola e à sua voz e participação na gestão da escola indicam uma menor autonomia dos alunos, por não vivenciarem uma cultura democrática. No entanto, observa-se simultaneamente que esses alunos têm diversas formas, experiências e práticas de participação na escola. Através de observações de participantes em reuniões e associações dos alunos na escola, foram identificados diferentes momentos e espaços criados pela escola para ouvir os alunos, além de outras oportunidades a nível municipal e nacional.

Figura 1 – Experiências de participação dos/as alunos/as na escola



Fonte: Elaboração das autoras (2024).

A nível nacional, os alunos participaram nas **Cimeiras da Democracia**, uma iniciativa promovida por uma entidade do ensino superior privado, que convida todas as escolas a apresentarem medidas políticas previamente debatidas e votadas na sessão nacional. Em 2022, o tema foi “Democracia e novas tecnologias”. De forma semelhante, os alunos participaram no **Parlamento dos Jovens**, organizado por uma instituição pública conforme a Resolução da Assembleia da República n.º 42/2006. Este evento segue um formato onde medidas são apresentadas, debatidas e votadas primeiramente nas escolas, depois a nível distrital, e finalmente defendidas na sessão nacional na Assembleia da República Portuguesa. Em 2022, o tema foi “O impacto da desinformação na democracia”.

A nível municipal, os alunos participam em espaços criados pelas câmaras municipais, como as **Assembleias Municipais de Jovens**. Estas assembleias funcionam através do debate e votação de um projeto de recomendação elaborado por cada agrupamento de escolas do concelho, contendo três medidas de execução sobre um tema específico. Após a construção do projeto a nível escolar, este é apresentado, debatido e votado em assembleia na Câmara Municipal.

Observações dessas reuniões revelaram dois aspectos principais: por um lado, um espaço para que os alunos levantem questões, problemas e sugestões de melhoria ao município, como atividades de lazer em espaços públicos e a promoção de espaços artísticos na cidade. Por outro lado, há um tempo mais livre para os alunos colocarem questões diretamente ao presidente da Câmara. Foram levantadas indagações como: (1) a disponibilização de uma verba anual da Câmara Municipal para visitas de estudo dos alunos; (2) obras no campo de jogos e pavilhão desportivo da escola; (3) falta de material de ginástica; (4) inclusão dos alunos em novas decisões da responsabilidade da Câmara Municipal, conforme a nova legislação que atribui mais competências aos municípios (Notas de terreno_2022-05-18). Esses exemplos destacam diversas preocupações e necessidades identificadas pelos alunos e comunicadas ao presidente da Câmara.

Além das Assembleias Municipais de Jovens, os alunos estão representados no Conselho Municipal de Educação, geralmente através de um representante da Associação de Estudantes de cada agrupamento de escolas.

Relativamente aos locais e experiências de participação dos alunos em contexto escolar, destaca-se o **Parlamento na escola**, onde os alunos se organizam em grupos (com um máximo de cinco membros efetivos) e propõem duas a três medidas para serem debatidas e votadas em formato de assembleia. Posteriormente, essas medidas são propostas ao Conselho Geral, órgão de direção estratégica, para implementação na escola. Uma das medidas propostas por um dos grupos foi: “A participação efetiva de TODOS na organização e funcionamento do agrupamento”. Esta medida foi recebida pela assembleia de alunos como desnecessária, com o argumento de que “As nossas ideias já são ouvidas, pelo que esta medida não faz sentido” (Notas de terreno_2022-06-01).

Esses discursos indicam que os alunos se sentem ouvidos na organização e funcionamento da escola e que já existem espaços para que suas vozes sejam ouvidas. No entanto, em outra observação, durante uma conversa com um grupo de alunos, foi mencionado que eles não tinham conhecimento dos espaços onde poderiam participar: “Não sabia da Assembleia Municipal de Jovens, e também não sabia do Conselho Geral” (Notas de terreno_2022-05-18). Esse discurso de desconhecimento e falta de disseminação de informação também foi percebido nas palavras de uma das professoras (em assessoria à diretora da escola sobre a voz dos alunos), que afirmou: “Isso é um problema que temos de perceber internamente, porque já são várias coisas que não estão a chegar a todos. Temos de ver isso na direção” (Notas de terreno_2022-05-27).

Ainda, nas palavras da diretora da escola, ao responder a um problema referido pelos alunos sobre a falta de bancos no espaço exterior:

A diretora da escola referiu que foi lançado um concurso para o desenho de bancos, de forma que a turma de mecânica possa fazer os bancos para a nossa escola. “Sabem quantas propostas recebemos?” (diretora). E uma aluna, através de um gesto, disse 0. (Notas de terreno_2022-05-27).

Ainda no âmbito da participação na escola, existe a **Assembleia Geral de Alunos**, que funcionou apenas com delegados e subdelegados devido às restrições impostas pela COVID-19 e à impossibilidade de garantir o distanciamento entre os alunos. Esta assembleia é um espaço onde os delegados têm a oportunidade de colocar questões, esclarecer dúvidas, partilhar preocupações e expressar suas necessidades à diretora da escola.

A partir das observações dessas reuniões e da entrevista com a professora-assessora da direção, percebe-se que os alunos não tinham nada organizado e faziam as perguntas conforme se lembravam: “Os alunos também não se preparam de todo. Se és delegado de turma, não farias um inquérito na tua turma?” (Notas de terreno_2022-05-27). De forma similar, na entrevista, a professora refere-se à falta de iniciativa e organização dos próprios alunos, afirmando que:

Claro que há alunos que, muitas vezes, tomam essa iniciativa, não é? De quererem ir falar com a diretora. Mas, normalmente, são questões supérfluas, são conflitos entre eles e coisas assim. Em termos de vida da escola não! Isso eles não têm essa iniciativa. Se não partir destas entidades de que nós estamos aqui a falar, já não há essa iniciativa. (Entrevista Prof.)

As entidades mencionadas pela professora referem-se aos diferentes espaços e atividades criados para a reunião, ação e associação de alunos, uma vez que considera que a participação dos alunos no conselho geral e na associação de estudantes “na minha ótica soa muito a pouco. Esgota-se ali.” (Entrevista Prof.). A professora argumenta que a associação de estudantes se concentra mais em festas e viagens de finalistas; e no conselho geral “não há concretamente um papel ao nível da gestão, ao nível da opinião, ao nível da mudança, inovação (...) resume-se basicamente a 3 reuniões e muitas vezes, o nosso papel ali é aprovar. Não é nascer dali nada” (Entrevista Prof.).

Os resultados deste trabalho analítico foram apresentados, partilhados e debatidos na escola, com a direção, alguns professores e alunos, em um seminário escolar, e através da apresentação de um poster, que foi oferecido à escola. Esta prática de devolução participada e

democrática, onde todos, especialmente os alunos, tiveram a oportunidade de comentar a apresentação e interpretação do que foi observado na escola, levantando questões e fazendo comentários críticos sobre o processo, é uma atitude ética e dialógica constante, de grande intencionalidade educativa, que se pretende implementar e desenvolver com os alunos nas escolas.

Reflexões Impróprias e Improváveis

O argumento central deste texto destaca a persistência de uma cultura dominante protagonizada pelos professores, caracterizada por uma certa resistência à participação e envolvimento dos alunos na gestão escolar e na tomada de decisões sobre os assuntos da escola. Torna-se evidente o quão difícil é mudar essa cultura educativa, mesmo que a realidade escolar atual seja profundamente heterogênea e complexa, tanto a nível europeu e mundial quanto a nível nacional, especialmente em Portugal, se o objetivo é estudar e conhecer o movimento dos alunos na gestão democrática das escolas públicas.

A relação educativa, tradicionalmente, tem sido marcada por dimensões de poder assimétricas e regulatórias, que restringem liberdades e autonomias, principalmente dos alunos. Pensar na conceitualização da autonomia como livre arbítrio, emancipação, liberdade, expressão e envolvimento dos alunos na tomada de decisão junto aos professores nas suas escolas complexifica o espaço relacional tradicional e pressupõe que os alunos devam ter protagonismo na sua aprendizagem e desenvolver modos de pensar mais envolvidos e críticos, estando informados sobre as várias opções e considerando as necessidades de todos (Melville *et al*, 2018). No caso analisado, esses alunos, desta escola específica, têm diferentes tempos e espaços para participar nos contextos nacional, municipal e escolar, mas pode ser que o pensamento e debate coletivo não estejam sendo efetivamente exercidos. Por exemplo, os alunos não conhecem os órgãos de administração e gestão onde estão representados e onde são tomadas decisões coletivas; os delegados não levantam questões e problemas sentidos pela turma para serem apresentados em Assembleia Geral.

De qualquer forma, a participação dos estudantes nos órgãos de decisão e em espaços formais e convencionais, organizada e institucionalizada pelas escolas e estruturas de poder, pode ter pouco impacto na real autonomia e participação dos alunos na tomada de decisão. A presença e representação em momentos específicos de reunião não implica diretamente que a

sua voz seja ouvida e que cause impacto na gestão da escola (Andersson, 2019; Ceballos-Lopez, Calvo-Salvador, 2019; Elwood, 2013).

Nesse sentido, é essencial problematizar o papel dos professores e diretores de escola, entendendo a importância de uma postura comprometida e de um diálogo permanente com os alunos, incentivando sua participação e ação coletiva. Os alunos devem ser encorajados a explorar e desafiar as margens da autonomia escolar, considerando que “(...) ninguém anda à procura de explorar margens de autonomia, pois ninguém procura o que acredita não existir” (Carvalho, 2020, p. 253).

Considera-se, assim, essencial o exercício de uso de liberdade, a responsabilidade de desenvolvimento do espírito crítico, reflexivo e argumentativo dos alunos, acompanhado pelo conhecimento informado sobre as possibilidades, oportunidades e formas de participação e autonomia, na vivência de uma cultura escolar democrática no cotidiano escolar (UNESCO; Conselho da Europa, 2021).

Em conclusão, este é um primeiro e possível ponto de partida para o desafio maior do desenvolvimento do estudo macro, em diferentes escolas de Portugal. A visibilidade e o reconhecimento à voz dos alunos, através dos grupos de discussão focalizada, será fundamental, pois permitirá questionar e refletir, em diálogo direto com os alunos, buscando entender as razões do desconhecimento sistemático sobre seus direitos normativos e suas implicações. Além disso, permitirá, em conjunto, identificar as melhores formas para que os alunos tomem conhecimento e assumam protagonismo, iniciativa e responsabilidade decisória no coletivo de gestão democrática das suas escolas. Por fim, compreender as suas experiências escolares como possibilidades de viver a escola como um laboratório de democracia.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, J. G. **Autoridade e autonomia na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus Editorial, 1999.
- ANDERSSON, E. The School as a Public Space for Democratic Experiences: Formal Student Participation and Its Political Characteristics. **Education, Citizenship and Social Justice**, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 149-164, 2019. DOI: 10.1177/1746197918776657.
- BARROSO, J. O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia construída. *In*: BARROSO, J. (Ed.). **O estudo da Escola**. Porto: Porto Editora, 1996.
- BARROSO, J. **Autonomia e Gestão das Escolas**. Lisboa: Ministério da Educação, 1997.
- BARROSO, J. Centralização, descentralização, autonomia e controlo: a regulação vitruviana. *In*: LIMA, L. e SÁ, V. (ed.). **O Governo das escolas**: Democracia, controlo e performatividade. V. N. Famalicão: Edições Húmus, 2017.
- BOTLER, A. H. **A Escola como Organização Comunicativa**. Orientação: Silke Webber e Aécio Gomes de Matos. 2020. Tese (Doutoramento em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.
- BRON, J.; LAAN, A. V. D. From Participation to Voice: Developing Student Voice in Dutch Education. *In*: BRUNAUER, A. H. (ed.). **Student Voice in Education**: CIDREE Yearbook 2019. Ljubljana: National Education Institute Slovenia., 2019.
- CARVALHO, M. J. Decreto-Lei n.75/2008 para que vos quero? O caso do Agrupamento de Escolas António Sérgio. *In*: LIMA, L.; SÁ, V.; TORRES, L. (ed.). **Diretores Escolares em Ação**. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, 2020.
- CEBALLOS-LOPEZ, N.; CALVO-SALVADOR, A.; HAYA-SALMON, I. Student consultation strategies as a lever for school improvement. Results of a collaborative study. **Cultura Y Educacion**, [s. l.], v. 31, n. 4, p. 780-813, 2019. DOI: 10.1080/11356405.2019.1656937.
- COHEN, L.; MANION, L.; MORRISON, K. **Research methods in education**. New York: Routledge, 2018.
- COOK-SATHER, A. Sound, Presence, and Power: "Student Voice" in Educational Research and Reform. **Curriculum Inquiry**, [s. l.], v. 36, p. 359-390, 2006. DOI: 10.1111/j.1467-873X.2006.00363.x.
- CORREIA, J. A. Práticas e ação de mentoria. **Educação, Sociedade & Culturas**, [s. l.], n. 60, 2021. DOI: 10.24840/esc.vi60.368.
- CORTELA, M. S. **A escola e o conhecimento**: fundamentos epistemológicos e políticos. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

DECI, E.; RYAN, R. **Handbook of Self-Determination Research**. Rochester: University of Rochester Press, 2002.

DEWEY, J. **Democracy and Education: An Introduction to the Philosophy of Education**. New York: Macmillan, 1916.

ELWOOD, J. The Role(s) of Student Voice in 14-19 Education Policy Reform: Reflections on Consultation and Participation. **London Review of Education**, London, v. 11, n. 2, p. 97-111, 2013. DOI: 10.1080/14748460.2013.799807

FERREIRA, E. A Autonomia da Escola Pública: A Lenda da Estátua com Pés de Barro. **Educação, Sociedade & Culturas**, [s. l.], v. 22, p. 133-152, 2004.

FERREIRA, E. A hipocrisia reina nas escolas: a propósito da autonomia e da tomada de posse dos jovens na escola. *In*: LEITE, C.; LOPES, A. (ed.). **Escola, currículo e formação de identidades: estudos investigativos**. Porto: Asa, 2007.

FERREIRA, E. **(D)Enunciar a Autonomia**: Contributos para a compreensão da génese e da construção da autonomia escolar. Porto: Porto Editora, 2012.

FERREIRA, E. As experiências juvenis no governo da escola: "Não abria a boca até porque há discussões que não têm sentido". *In*: MATOS, M. (ed.). **JOVALES: Jovens, Alunos, Ensino Secundário**. Porto: CIIE/Livpsic, 2013.

FERREIRA, E. Em volta do governo das escolas as autonomias credíveis. *In*: LIMA, L. e SÁ, V. (ed.). **O Governo das Escolas: Democracia, controlo e performatividade**. V.N.Famalicão: Edições Húmus, 2017.

FERREIRA, E. **Por onde andou e anda a Democracia na vida Escolar?**. Comunicação Oral: DEBATE OBVIE – Gestão e administração da Escola Pública: Como contribuir para o empoderamento profissional e o bem-estar dos professores?. Porto: FPCEUP, 2023a,

FERREIRA, E. **Escola Pública: Democratizar, Desenvolver e Decidir**. Comunicação Oral: CICLO DE SEMINÁRIOS: a Escola Pública e a Revitalização da Democracia, Curso de formação, acreditado com registo n. CCPFC/ACC-118242/22, Centro de Formação Francisco Holanda, Guimarães. 2023b.

FORMOSINHO, J.; FERNANDES, A. S.; MACHADO, J.; FERREIRA, H. Democracia, gestão e autonomia da escola: a governação por contrato. *In*: **Actas do X Congresso da SPCE**, 2009. Bragança: SPCE e ESE/IPB, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GHIGLIONE, R.; MATALON, B. **O Inquérito: Teoria e Prática**. Oeiras: Celta Editora, 2005.

GRÁCIO, R. Democratização do Ensino. **Seara Nova**, [s. l.], v.1512, p. 10-12, 1971.

GRÁCIO, R. **Obra Completa I - Da educação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

HILL, M. M.; HILL, A. **Investigação por Questionário**. Lisboa: Edições Sílabo, 2005.

KERR, D. Devoid of Community: examining conceptions of autonomy in education. **Educational Theory**, [s. l.], v.1, n.52, p. 13-25, 2002.

LIMA, L. **Gestão das escolas secundárias: a participação dos alunos**. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

LIMA, L. **A escola como organização e a participação na organização escolar: um estudo da escola secundária em Portugal (1974-1988)**. Braga: Universidade do Minho, 1998.

LIMA, L. **Administração Escolar: Estudos**. Porto: Porto Editora, 2011.

LIMA, L. A gestão democrática das escolas: do autogoverno à ascensão de uma pós-democracia gestonária? **Educação & Sociedade**, [s. l.], v.129, n. 35, p. 1067-1083, 2014.

LIMA, L. Democracia, participação e autonomia: Sobre a direção das escolas públicas. **Revista de Administração e Emprego Público**, [s. l.], v. 4, p. 31-56, 2018.

LIMA, L. Democracia e educação: Dewey em tempos de crise da educação democrática. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, [s. l.], v. 154, n. 29, p. 1-16, 2021.

MATOS, M. **JOVALES: Jovens, Alunos, Ensino Secundário**. Porto: CIIE/Livpsic, 2013.

MELVILLE, W.; KERR, D.; VERMA, G.; CAMPBELL, T.. Science Education and Student Autonomy. **Canadian Journal of Science, Mathematics and Technology Education**, [s. l.], v.18, n. 2, p. 87-97, 2018.

MENEZES, I. De que falamos quando falamos de cidadania? In: CARVALHO, C.; SOUSA, F. S.; PINTASSILGO, J. (Ed.). **A educação para a cidadania: como dimensão transversal do currículo escolar**. Porto: Porto Editora, 2005.

MENEZES, I. Da (inter)acção como alma da política: para uma crítica da retórica “participatória” nos discursos sobre os jovens. In: PAIS, J. M.; BENDIT, R.; FERREIRA, v. s. (ed.). **Jovens e rumos**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2011.

MENEZES, I.; FERREIRA, P. **Educação para a cidadania participatória em sociedades em transição: uma visão europeia, ibérica e nacional das políticas e práticas da educação para a cidadania em contexto escolar**. Porto: CIIE, 2012.

MORGADO, J. C. **O Estudo de Caso na Investigação em Educação**. Santo Tirso: De Facto Editores, 2012.

NOBRE, A. *et al.* Processos de Comunicação Digital no Sistema Educativo Português em Tempos de Pandemia. **Revista Praxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 45, n. 17, p. 7-19, 2021.

NÓVOA, A.; ALVIM, Y. C.. Covid-19 e o fim da educação: 1870 – 1920 – 1970 – 2020. **Revista História da Educação**, [s. l.], v.25, p. 1-19, 2021.

ONU. **World Programme of action for youth**. 2010. Disponível em: <https://www.un.org/esa/socdev/unyin/documents/wpay2010.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2023

ONU. **Objetivos de desenvolvimento sustentável**. 2015. [s. l.]: ONU. Disponível em: <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em: 01 jul. 2023

PALETTA, A. Improving Students' Learning Through School Autonomy: Evidence From the International Civic and Citizenship Survey. **Journal of School Choice**, [s. l.], v.8, n. 3, p. 381-409, 2014.

PORTUGAL. **Constituição da República Portuguesa de 1976**. Assembleia Constituinte, 1976. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/parlamento/documents/crp1976.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2023

PORTUGAL. Lei n. 46/86. **Lei de Bases do Sistema Educativo**. Diário da República n. 237/1986, Série I de 1986-10-14. Assembleia da República. 1986. Disponível em: https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1744&tabela=leis&so_miolo=. Acesso em: 01 jul. 2023.

PORTUGAL. **Lei n. 23/2006**, de 23 de Junho. Assembleia da República. Estabelece o regime jurídico do associativismo jovem. Diário da República n. 120/2006, Série I-A de 2006-06-23. Disponível em: <https://files.dre.pt/1s/2006/06/120a00/44584466.pdf>. Acesso em: 01 jul 2023.

PORTUGAL. **Decreto-Lei n.º75/2008**, de 22 de abril. Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. Ministério da Educação, Diário da República n. 79/2008, Série I de 2008-04-22, 2008.

PORTUGAL. **Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento**. Despacho conjunto do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Ministério da Educação n. 25931/2009. Diário da República n. 230/2009, Série II de 2009-11-26. 2009. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/25931-2009-2004012>. Acesso em: 01 jul. 2023.

PORTUGAL. **Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania**. Ministério da Educação, 2017a. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos_Curriculares/Aprendizagens_Essenciais/es_trategia_cidadania_original.pdf. Acesso em: 01 jul. 2023.

PORTUGAL. **Perfil dos alunos à Saída da escolaridade obrigatória**. Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação. Despacho n. 6478/2017. 2017b. Disponível em: http://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf. Acesso em: 01 jul. 2023.

PORTUGAL. **“A Voz dos Alunos” Lançamento mundial da iniciativa portuguesa em encontro da OCDE**. República Portuguesa, Gabinete do Ministro da Educação. Lisboa:

República Portuguesa. 2017c. Disponível em: [PORTUGAL. **Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento**. Resolução do Conselho de Ministros 94/2018, de 16 de Julho: Aprova o documento de orientação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022. Diário da República 135/2018, Série I de 2018-07-16. 2018. Disponível em: \[PORTUGAL. **Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2021**, de 7 de julho. Aprova o Plano 21|23 Escola+, plano integrado para a recuperação das aprendizagens. Presidência do Conselho de Ministros. 2021a. Disponível em: \\[PORTUGAL. **Roteiro A Voz dos Alunos**. Ministério da Educação. 2021b. Disponível em: \\\[PORTUGAL. «**As escolas devem ser laboratórios de democracia e oficinas de paz**». República Portuguesa. 2022. Disponível em: \\\\[SANZ, I.; GONZÁLEZ, J. S.; CAPILLA, A. **Efeitos da Crise do COVID-19 na Educação**. Madrid: OEI – Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 2020.\\\\]\\\\(https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/noticia?i=as-escolas-devem-ser-laboratorios-de-democracia-e-oficinas-de-paz. Acesso em: 01 jul. 2023.</p>
</div>
<div data-bbox=\\\\)\\\]\\\(https://escolamais.dge.mec.pt/acoes-especificas/1310-voz-dos-alunos. Acesso em: 01 jul. 2023.</p>
</div>
<div data-bbox=\\\)\\]\\(https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/90-2021-166569087. Acesso em: 01 jul. 2023.</p>
</div>
<div data-bbox=\\)\]\(https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/94-2018-115698904. Acesso em: 01 jul. 2023.</p>
</div>
<div data-bbox=\)](https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBAAAAB%2BLCAAAAAAABAAzNDCxBAC33pepBAAAA%3D%3D#:~:text=Encontro%20come%C3%A7a%20com%20um%20semin%C3%A1rio%20inspirado%20na%20experi%C3%Aancia,vis%C3%A3o%20que%20t%C3%AAm%20para%20a%20Escola%20do%20futuro. Acesso em: 01 jul. 2023.</p>
</div>
<div data-bbox=)

SARMENTO, M. J. Infância e Pandemia: (In)visibilidade e voz. **A Criança e os seus Direitos**, [s. l.], v.4, p. 8-11, 2022.

SOUSA, I.; FERREIRA, E. As possibilidades de um perfil de aluno/a enquanto cidadão/ã criativo/a. **Revista Saber & Educar**, [s. l.], v.26, p. 1-13, 2019.

SOUSA, I.; FERREIRA, E. Students Participation in Democratic School Management: a systematic literature review. **Journal of Social Science Education**, [s. l.], v.23, p. 1-20, 2024. DOI: <https://doi.org/10.11576/jsse-6333>.

STRIKE, K. **Liberty and learning**. New York: St. Martin's Press, 1982.

THESING, M. L. C.; MOROSINI, M. C. Autoridade docente e autonomia estudantil: problematizações sobre suas relações, práticas e saberes. **Educação Unisinos**, [s. l.], v. 22, n. 1, 2018.

UNESCO; CONSELHO DA EUROPA. **The impact of the COVID-19 pandemic on student voice: findings and recommendations.** France: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) and Council of Europe, 2021. ISBN: 978-92-3-100471-1.

ZABALETA, O. G.; PÉREZ-IZAGUIRRE, E. The development of student autonomy in Spain over the last 10 years: a review. **Educational Review**, [s. l.], p. 1-20, 2022.

CRediT Author Statement

Reconhecimentos: Não aplicável.

Financiamento: A investigação em curso sobre a *autonomia e voz dos/as alunos/as* está a ser financiada pela União Europeia, através do Fundo Social Europeu, e por fundos nacionais, através da Fundação Portuguesa para a Ciência e Tecnologia, IP (FCT), ao abrigo da bolsa de investigação de doutoramento n.º 2021.06911.BD, sob a supervisão da Professora Elisabete Ferreira (FPCEUP, CIIE). Apoiado também pela FCT no âmbito do financiamento estratégico atribuído ao CIIE [n.º UIDB/00167/2020; e UIDP/00167/2020].

Conflitos de interesse: Não aplicável.

Aprovação ética: Comissão de Ética da FPCEUP (Ref.ª 2023/03-22b) e do Ministério da Educação/Direção Geral de Educação em Portugal (n.º 0566300014).

Disponibilidade de dados e material: Não aplicável.

Contribuições dos autores: **Inês Sousa** – desenvolvimento da investigação, revisão teórica, recolha de dados e escrita do artigo; **Elisabete Ferreira** – orientação e supervisão científica, participação na escrita e revisão do artigo.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação e normalização.

